



SENADO FEDERAL

Consultoria Legislativa

Quadro-Síntese da pauta da reunião da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT)

Data da reunião: 21/11/2018

Presidente: Senador Otto Alencar

1ª Parte - AVALIAÇÃO DE POLÍTICA PÚBLICA

Finalidade: Apresentação do relatório com conclusões acerca da avaliação da Política Pública promovida pela FINEP ao exercer as atividades estabelecidas na sua criação.

Relatoria: Senador Otto Alencar.

Observação: Relatório ainda não apresentado.

2ª Parte - DELIBERATIVA

Item	Identificação da matéria	Relatoria	Voto	Resumo
1	<p>PLS 662/2011</p> <p>Ementa: Altera a Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, para tornar obrigatória a organização e apresentação adequadas das informações técnicas e dos preços dos serviços de telecomunicações oferecidos aos usuários.</p> <p>Autoria: Senadora Ângela Portela</p> <p>[tramitação]</p> <p>Terminativo</p>	Senador Paulo Rocha	Pela aprovação do Projeto, com a emenda de redação que apresenta, e pela rejeição das Emendas n.º 1 e 2 da CTFC.	O PLS traz alterações na Lei Geral de Telecomunicações, a fim de garantir ao usuário de serviços de telecomunicações o recebimento de informações técnicas e dos preços dos serviços prestados, facilitando a compreensão, comparação e seleção do produto mais adequado ao seu perfil. Para tanto, acrescenta às competências atribuídas à Anatel a classificação e organização da oferta dos planos e preços dos serviços prestados em regime privado, cabendo, inclusive, propor às prestadoras de serviços formas de aprimorar a qualidade na organização e apresentação de informações a que se refere, sempre que solicitada por entidade de defesa dos consumidores. Na CTFC, as emendas aprovadas alteraram substancialmente o teor da proposta, retirando da Anatel a atribuição de classificar e organizar a oferta de planos e preços dos serviços prestados em regime privado.

Data da reunião: 21/11/2018

Item	Identificação da matéria	Relatoria	Voto	Resumo
				<p>No relatório ora apresentado, as emendas da CTFC são rejeitadas, voltando o projeto ao teor original. Além disso, traz ajuste de redação da ementa.</p> <p>1) A matéria já foi apreciada pela Comissão de Transparéncia, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor, com parecer favorável ao Projeto, com as Emendas n.º 1 e 2-CTFC;</p> <p>2) Em 14/03/2018, foi lido o relatório e discutida a matéria;</p> <p>3) A matéria constou na pauta das reuniões dos dias 06/02, 20/02, 27/02, 06/03, 14/03, 20/03, 27/03, 03/04, 10/04, 17/04, 24/04, 15/05, 22/05, 29/05, 05/06, 13/06, 20/06, 04/07, 11/07, 08/08, 05/09, 10/10, 31/10 e 07/11/2018.</p>
2	PLS 431/2014 Ementa: Reconhece a essencialidade do serviço de acesso à internet em banda larga e altera a Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, para prever sua prestação em regime público. Autoria: Senador Aníbal Diniz [tramitação] Terminativo	Senador Otto Alencar	Pela rejeição do Projeto.	<p>O PLS reconhece a essencialidade do serviço de acesso à internet em banda larga, determinando que a União assegure a sua existência, universalização e continuidade e altera a Lei Geral de Telecomunicações (LGT) para prever a prestação do serviço em regime público.</p> <p>O Relator propõe a rejeição do PLS, considerando que não se mostra adequado para atingir os objetivos a que se propõe. Em sua visão, como se tem observado na prática com os serviços de telefonia, não é propriamente o regime jurídico que garante a oferta, a expansão ou a continuidade do serviço, sendo mais relevante manter a atratividade do setor, fundamental para a construção de um ambiente competitivo que estimule os investimentos. Observa que, por essa razão, a telefonia móvel, prestada unicamente no regime privado, vem se desenvolvendo de forma vigorosa e consistente ao mesmo tempo em que a telefonia fixa, mesmo prestada no regime público, encontra-se em declínio. Ademais, considera que muitas das características próprias do regime público, como o instituto da reversibilidade, são fontes de insegurança jurídica a desestimular os investimentos em infraestrutura.</p> <p>A matéria constou na pauta das reuniões dos dias 05/09, 10/10, 31/10 e 07/11/2018.</p>

Data da reunião: 21/11/2018

Item	Identificação da matéria	Relatoria	Voto	Resumo
3	<p>PLS 275/2012</p> <p>Ementa: Altera a Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, para tornar obrigatória a divulgação, por emissora de radiodifusão, da razão social e da documentação associada à entidade detentora da outorga.</p> <p>Autoria: Senador Pedro Taques</p> <p>[tramitação]</p> <p>Terminativo</p>	Senador Otto Alencar	Pela rejeição do Projeto.	<p>O PLS altera o Código Brasileiro de Telecomunicações, para tornar obrigatória a divulgação, por emissora de radiodifusão, da razão social e da documentação associada à entidade detentora da outorga. Ademais, as emissoras de radiodifusão sonora e de sons e imagens deverão manter sítio na rede mundial de computadores que disponibilize, no mínimo, as informações que indica, variáveis de acordo com a sua natureza. Nas outorgas de radiodifusão comercial, os documentos devem ser aptos a esclarecer a composição acionária e eventuais alterações no contrato social das emissoras, a nacionalidade dos sócios, os termos do contrato e as propostas técnica e de preço ofertadas no processo licitatório, se houver. Em relação às emissoras de radiodifusão educativa e da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, os documentos exigidos devem explicitar o processo de outorga ou de sua renovação. No caso de emissoras de radiodifusão comunitária, a documentação deverá conter informações sobre o processo de outorga e suas renovações, o estatuto social, e o regulamento interno que dispõe sobre o acesso do cidadão à grade de programação da emissora. O PLS recebeu parecer contrário da CCJ. O Relator propõe a rejeição do PLS, anotando, entre outros argumentos, que o acesso à documentação referida pela proposta já é franqueado aos órgãos estatais competentes para outorgar e fiscalizar a exploração das atividades de radiodifusão no Brasil. Além disso, a Lei de Acesso à Informação já permite a qualquer cidadão que peticione esses órgãos requerendo o acesso a essa documentação. Assim, não haveria entraves legais para que a sociedade organizada (academia, órgãos de defesa dos consumidores, órgãos de controle, entre outros atores que exercem institucionalmente esse papel) tenha conhecimento sobre os termos dos contratos que o Poder Concedente mantém com as emissoras de rádio e televisão.</p> <p>1) A matéria já foi apreciada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, com parecer contrário ao Projeto;</p> <p>2) A matéria constou na pauta das reuniões dos dias 05/09, 10/10, 31/10 e 07/11/2018.</p>

Data da reunião: 21/11/2018

Item	Identificação da matéria	Relatoria	Voto	Resumo
4	<p>PLS 95/2017</p> <p>Ementa: Altera a Lei nº 10.973, de 2 de dezembro de 2004, que dispõe sobre incentivos à inovação e à pesquisa científica e tecnológica no ambiente produtivo e dá outras providências, e a Lei nº 12.462, de 4 de agosto de 2011, que institui o Regime Diferenciado de Contratações Públicas - RDC, para incentivar a criatividade, com o objetivo de fortalecer a economia criativa e as atividades econômicas que direta e indiretamente a compõem.</p> <p>Autoria: Senadora Rose de Freitas</p> <p>[tramitação]</p> <p>Terminativo</p>	Senador Otto Alencar	Pela rejeição do Projeto.	<p>O PLS altera a Lei nº 10.973, de 2004 (Lei de Inovação), para inserir o apoio, o fomento e o estímulo à criatividade entre os objetivos da referida lei e acrescentar entre os princípios nela previstos o apoio, o incentivo e a integração dos inventores independentes às atividades dos Polos de Economia Criativa (PEC), definidos como territórios destinados ao incentivo e ao desenvolvimento de atividades econômicas que compõem a economia criativa. O projeto também insere mais três diretrizes a serem seguidas na aplicação da Lei de Inovação, quais sejam: (i) estimular o setor empresarial a valorizar seus ativos criativos e inovadores com a finalidade de promover a competitividade de produtos, bens e serviços cujos insumos primários sejam o talento e a criatividade individual e coletiva; (ii) melhorar a interatividade entre os atores criativos, culturais e inovadores; e (iii) propor, articular, estimular e divulgar linhas de financiamento, fundos de investimento e outros mecanismos de fomento, com vistas a ampliar o acesso de empreendimentos a essas fontes. Por fim, é alterada a Lei nº 12.462, de 2011, que institui o Regime Diferenciado de Contratações Públicas (RDC), para dispor que tal regime seja aplicável exclusivamente às licitações e contratos necessários às ações em órgãos e entidades dedicados à ciência, à tecnologia, à inovação e à criatividade.</p> <p>O Relator propõe a rejeição do PLS, citando, entre outros argumentos, o fato de o Brasil já contar com diversas leis, estímulos e políticas públicas voltadas aos setores que compõem a economia criativa, como, por exemplo, a Lei Rouanet de Incentivo à Cultura, a Lei de Informática e a Lei do Software. Explica que as políticas públicas voltadas para a Economia Criativa são distintas daquelas que buscam incentivar a ciência a tecnologia e a inovação (CT&I), sendo inapropriado inserir o apoio à criatividade na Lei de Inovação. Destaca que o Ministério da Cultura chegou a criar uma Secretaria da Economia Criativa em 2012, mas que o órgão foi extinto em 2015, apenas três anos após sua criação, o que sugere a dificuldade em estimular atividades espalhadas por vários setores da economia. Por fim, anota que a incorporação de mais um objetivo a ser apoiado na Lei de Inovação poderá resultar em maior competição pelos escassos recursos destinados à CT&I, diluindo-os e tornando sua aplicação menos eficiente.</p> <p>A matéria constou na pauta das reuniões dos dias 10/10, 31/10 e 07/11/2018.</p>
5	<p>OFS 24/2017</p> <p>Ementa: Encaminha, nos termos do art. 222, § 5º, da Constituição Federal, o Comunicado de Alteração de Controle Societário de Empresa Jornalística de Radiodifusão - CAC nº 38/2017, encaminhado por meio da Mensagem nº 68, de 2017, comunicando a transferência indireta e a modificação do quadro direutivo da Sociedade de Televisão Sul Fluminense Ltda., concessionária do serviço de radiodifusão de sons e imagens no Município de Barra Mansa, Estado do Rio de Janeiro.</p> <p>Autoria: Câmara dos Deputados</p> <p>[tramitação]</p> <p>Não Terminativo</p>	Senador Eduardo Lopes	Pelo conhecimento e arquivamento.	<p>O expediente comunica a transferência indireta e a modificação do quadro direutivo da Sociedade de Televisão Sul Fluminense Ltda., concessionária do serviço de radiodifusão de sons e imagens no Município de Barra Mansa, Estado do Rio de Janeiro.</p> <p>Após análise de informações encaminhadas pelo MCTIC, em atenção a requerimento aprovado pela CCT, o Relator considera efetivada a devida comunicação ao Congresso Nacional, em atendimento ao disposto no art. 222, § 5º, da Constituição Federal, pelo que propõe o conhecimento e arquivamento do expediente.</p> <p>A matéria constou na pauta da reunião do dia 07/11/2018.</p>

Item	Identificação da matéria
6	<p>RCT (REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TEC., INOV., COM. E INFORMÁTICA) 10/2018</p> <p>Ementa: Requeiro que seja acrescida à lista de entidades convidadas a participar da audiência pública aprovada pelo Requerimento nº 8, de 2018 – CCT, destinada a instruir o Projeto de Lei do Senado nº 27, de 2016, a Associação Brasileira de Canais Comunitários – ABCCOM, na pessoa do Sr. Paulo Miranda.</p> <p>Autoria: Senador Hélio José</p>

Item	Identificação da matéria	Relatoria	Voto	Resumo
7	<p>PDS 198/2015</p> <p>Ementa: Aprova o ato que outorga permissão à SOCIEDADE RÁDIO PALMEIRA Itda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Condor, Estado do Rio Grande do Sul.</p> <p>Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI)</p> <p>[tramitação]</p> <p>Terminativo</p>	Senador Valdir Raupp	Pela rejeição do Projeto.	<p>Permissão para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada. O Relator entende que a documentação apresentada demonstra possível violação da legalidade, bem como disparidade entre a composição societária indicada e a constante da base de dados da Anatel. Assim, propõe a rejeição do projeto, na forma do substitutivo oferecido.</p> <p>1) Em 10/04/2018, foi lido o relatório e discutida a matéria; 2) A matéria constou na pauta das reuniões dos dias 06/02, 20/02, 27/02, 06/03, 14/03, 20/03, 27/03, 03/04, 10/04, 17/04, 24/04, 15/05, 22/05, 29/05, 05/06, 13/06, 20/06, 04/07, 11/07, 08/08, 05/09, 10/10, 31/10 e 07/11/2018.</p>
8	<p>PDS 226/2017</p> <p>Ementa: Aprova o ato que renova a autorização outorgada à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA BENEFICENTE ARTÍSTICA E CULTURAL GUARANIENSE DE RÁDIO E TV para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Guarani, Estado de Minas Gerais.</p> <p>Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI)</p> <p>[tramitação]</p> <p>Terminativo</p>	Senador Otto Alencar	Pela rejeição do Projeto.	<p>Renovação de autorização para executar serviço de radiodifusão comunitária. O Relator propõe a rejeição do PDS, tendo em vista a intempestividade do pedido de renovação da autorização para execução de serviço de radiodifusão comunitária e a constatação de vinculação dos membros da diretoria da entidade autorizada com partido político.</p> <p>1) A matéria constou na pauta da reunião do 31/10/2018; 2) A matéria será submetida a votação nominal.</p>

Data da reunião: 21/11/2018

Item	Identificação da matéria	Relatoria	Voto	Resumo
9	PDS 57/2014 Ementa: Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Radiodifusão do Grande Jatobá - ASCORAJ para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Patos, Estado da Paraíba. Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI) [tramitação] Terminativo	Senador Otto Alencar	Pela rejeição do Projeto.	<p>Autorização para executar serviço de radiodifusão comunitária. O Relator propõe a rejeição do PDS, tendo em vista a ocorrência, em relação a membros do quadro direutivo da entidade autorizada, de vinculação familiar e de vinculação política, vedadas pelo art. 11 da Lei nº 9.612, de 1998.</p> <p>A matéria constou na pauta das reuniões dos dias 05/09, 10/10, 31/10 e 07/11/2018.</p>
10	PDS 221/2017 Ementa: Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA E CULTURAL DE PANAMÁ para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Panamá, Estado de Goiás. Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI) [tramitação] Terminativo	Senador Cristovam Buarque	Pela rejeição do Projeto.	<p>Autorização para executar serviço de radiodifusão comunitária. O Relator propõe a rejeição do PDS, tendo em vista que a entidade que se pretende outorgar apresenta vinculação vedada pelo art. 11, da Lei nº 9.612, de 1998.</p> <p>A matéria constou na pauta das reuniões dos dias 24/04, 15/05, 22/05, 29/05, 05/06, 13/06, 20/06, 04/07, 11/07, 08/08, 05/09, 10/10, 31/10 e 07/11/2018.</p>
11	PDS 88/2017 Ementa: Aprova o ato que renova a autorização outorgada à ASSOCIAÇÃO EDUCACIONAL, CULTURAL E ARTÍSTICA NOVO TEMPO para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Igaci, Estado de Alagoas. Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI) [tramitação] Terminativo	Senador João Alberto Souza	Pela rejeição do Projeto.	<p>Trata o PDS 88/2017 de renovação de autorização à Associação Educacional, Cultural e Artística Novo Tempo para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Igaci, Estado de Alagoas.</p> <p>O Relator propõe a rejeição do PDS, tendo em vista a intempestividade do pedido de renovação da autorização para execução de serviço de radiodifusão comunitária e a constatação de vinculação indevida de membros da diretoria da entidade autorizada.</p> <p>1) A matéria constou na pauta da reunião do 31/10/2018; 2) A matéria será submetida a votação nominal.</p>

Data da reunião: 21/11/2018

Item	Identificação da matéria	Relatoria	Voto	Resumo
12	PDS 74/2017 Ementa: Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DE COMUNICAÇÃO E CULTURA MARAVILHA para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Varzelândia, Estado de Minas Gerais. Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI) [tramitação] Terminativo	Senador Waldemir Moka	Pela rejeição do Projeto.	<p>Trata o PDS 71/2017 de autorização à Associação de Comunicação e Cultura Maravilha para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Varzelândia, Estado de Minas Gerais.</p> <p>Após o recebimento de informações prestadas pelo Ministro de Estado das Comunicações em atenção a requerimento da CCT, o Relator propõe a rejeição do PDS, tendo em vista a ocorrência de vinculações vedadas pelo art. 11, da Lei nº 9.612, de 1998.</p> <p>A matéria constou na pauta das reuniões dos dias 05/09, 10/10, 31/10 e 07/11/2018.</p>
13	PDS 219/2017 Ementa: Aprova o ato que outorga autorização à FUNDAÇÃO MOURA BARROS para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de São Luís do Piauí, Estado do Piauí. Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI) [tramitação] Terminativo	Senadora Regina Sousa	Pela aprovação do Projeto.	<p>Autorização para executar serviço de radiodifusão comunitária.</p> <p>1) Em 08/08/2018, o relatório foi lido em reunião extraordinária da Comissão; 2) A matéria constou na pauta das reuniões dos dias 29/05, 05/06, 13/06, 20/06, 04/07, 11/07, 08/08, 05/09, 10/10, 31/10 e 07/11/2018.</p>
14	PDS 224/2017 Ementa: Aprova o ato que renova a autorização outorgada à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA PRÓ CIDADANIA E CULTURA DE PARACURU para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Paracuru, Estado do Ceará. Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI) [tramitação] Terminativo	Senadora Regina Sousa	Pela aprovação do Projeto.	<p>Renovação de autorização para executar serviço de radiodifusão comunitária.</p> <p>1) Em 08/08/2018, o relatório foi lido em reunião extraordinária da Comissão; 2) A matéria constou na pauta das reuniões dos dias 05/09, 10/10, 31/10 e 07/11/2018.</p>

Item	Identificação da matéria	Relatoria	Voto	Resumo
15	PDS 236/2017 Ementa: Aprova o ato que renova a permissão outorgada à RÁDIO FM PRINCESA LTDA. para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no Município de Itabaiana, Estado de Sergipe. Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI) [tramitação] Terminativo	Senador Eduardo Lopes	Pela aprovação do Projeto.	Renovação de permissão para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada. A matéria constou na pauta das reuniões dos dias 24/04, 15/05, 22/05, 29/05, 05/06, 13/06, 20/06, 04/07, 11/07, 08/08, 05/09, 10/10, 31/10 e 07/11/2018.
16	PDS 316/2015 Ementa: Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DOS AMIGOS DE DIFUSÃO, ÉTICA E MORAL para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Campos dos Goytacazes, Estado do Rio de Janeiro. Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI) [tramitação] Terminativo	Senador Eduardo Lopes	Pela aprovação do Projeto.	Autorização para executar serviço de radiodifusão comunitária. A matéria constou na pauta da reunião do dia 07/11/2018.
17	PDS 323/2015 Ementa: Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO CULTURAL E COMUNITÁRIA DE SAQUAREMA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Saquarema, Estado do Rio de Janeiro. Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI) [tramitação] Terminativo	Senador Eduardo Lopes	Pela aprovação do Projeto.	Autorização para executar serviço de radiodifusão comunitária. A matéria constou na pauta da reunião do dia 07/11/2018.

Data da reunião: 21/11/2018

Item	Identificação da matéria	Relatoria	Voto	Resumo
18	PDS 237/2017 Ementa: Aprova o ato que renova a permissão outorgada à COLINHALFIN EMPRESA DE RADIODIFUSÃO LTDA. para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no Município de Joinville, Estado de Santa Catarina. Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI) [tramitação] Terminativo	Senador Eduardo Lopes	Pela aprovação do Projeto.	Renovação de permissão para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada. A matéria constou na pauta das reuniões dos dias 24/04, 15/05, 22/05, 29/05, 05/06, 13/06, 20/06, 04/07, 11/07, 08/08, 05/09, 10/10, 31/10 e 07/11/2018.
19	PDS 202/2017 Ementa: Aprova o ato que renova a autorização outorgada à ASSOCIAÇÃO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA DE BURITI BRAVO para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Buriti Bravo, Estado do Maranhão. Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI) [tramitação] Terminativo	Senador João Alberto Souza	Pela aprovação do Projeto.	Renovação de autorização para executar serviço de radiodifusão comunitária. A matéria constou na pauta das reuniões dos dias 15/05, 22/05, 29/05, 05/06, 13/06, 20/06, 04/07, 11/07, 08/08, 05/09, 10/10, 31/10 e 07/11/2018.
20	PDS 89/2017 Ementa: Aprova o ato que renova a autorização outorgada à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA E CULTURAL DE IATI para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Iati, Estado de Pernambuco. Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI) [tramitação] Terminativo	Senador João Alberto Souza	Pela aprovação do Projeto.	Trata o PDS 89/2017 de renovação de autorização à Associação Comunitária e Cultural de Iati para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Iati, Estado de Pernambuco. Após o recebimento pela CCT de informações prestadas pelo Ministro de Estado das Comunicações, com vistas a obter esclarecimento sobre tópico que poderia levar à rejeição do pedido de renovação, o Relator propõe a aprovação do PDS. A matéria constou na pauta das reuniões dos dias 31/10 e 07/11/2018.

Data da reunião: 21/11/2018

Item	Identificação da matéria	Relatoria	Voto	Resumo
21	PDS 159/2017 Ementa: Aprova o ato que renova a autorização outorgada à FUNDAÇÃO BENEFICENTE ROSAL DA LIBERDADE para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Redenção, Estado do Ceará. Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI) [tramitação] Terminativo	Senador Omar Aziz	Pela aprovação do Projeto.	<p>Autorização para executar serviço de radiodifusão comunitária.</p> <p>A matéria constou na pauta das reuniões dos dias 04/07, 11/07, 08/08, 05/09, 10/10, 31/10 e 07/11/2018.</p>
22	PDS 181/2017 Ementa: Aprova o ato que renova a autorização outorgada à RC FM – RÁDIO COMUNITÁRIA DE ITAMBÉ para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Itambé, Estado de Pernambuco. Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI) [tramitação] Terminativo	Senador Omar Aziz	Pela aprovação do Projeto.	<p>Autorização para executar serviço de radiodifusão comunitária.</p> <p>A matéria constou na pauta das reuniões dos dias 04/07, 11/07, 08/08, 05/09, 10/10, 31/10 e 07/11/2018.</p>
23	PDS 238/2017 Ementa: Aprova o ato que renova a permissão outorgada à RÁDIO E TV CORREIO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no Município de Campina Grande, Estado da Paraíba. Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI) [tramitação] Terminativo	Senador Omar Aziz	Pela aprovação do Projeto.	<p>Renovação de permissão para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada.</p> <p>A matéria constou na pauta das reuniões dos dias 15/05, 22/05, 29/05, 05/06, 13/06, 20/06, 04/07, 11/07, 08/08, 05/09, 10/10, 31/10 e 07/11/2018.</p>

Data da reunião: 21/11/2018

Item	Identificação da matéria	Relatoria	Voto	Resumo
24	PDS 57/2017 Ementa: Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DE DIFUSÃO COMUNITÁRIA ALTERNATIVA FM para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de São Roque do Canaã, Estado do Espírito Santo. Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI) [tramitação] Terminativo	Senador Ricardo Ferraço	Pela aprovação do Projeto.	Autorização para executar serviço de radiodifusão comunitária. A matéria constou na pauta das reuniões dos dias 08/08, 05/09, 10/10, 31/10 e 07/11/2018.
25	PDS 142/2015 Ementa: Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA SOLIDARIEDADE E DESENVOLVIMENTO DE SÃO LUIZ GONZAGA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São Luiz Gonzaga, Estado do Rio Grande do Sul. Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI) [tramitação] Terminativo	Senador Otto Alencar	Pela aprovação do Projeto.	Autorização para executar serviço de radiodifusão comunitária. Após o recebimento de informações prestadas pelo Ministro de Estado das Comunicações em atenção a requerimento da CCT, o Relator propõe a aprovação do PDS. A matéria constou na pauta das reuniões dos dias 05/09, 10/10, 31/10 e 07/11/2018.
26	PDS 182/2017 Ementa: Aprova o ato que outorga permissão à UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no Município de São Borja, Estado do Rio Grande do Sul. Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI) [tramitação] Terminativo	Senador Otto Alencar	Pela aprovação do Projeto.	Permissão para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada. A matéria constou na pauta das reuniões dos dias 05/09, 10/10, 31/10 e 07/11/2018.

Data da reunião: 21/11/2018

Item	Identificação da matéria	Relatoria	Voto	Resumo
27	PDS 120/2018 Ementa: Aprova o ato que renova a concessão originalmente outorgada à Abril Radiodifusão S.A., e posteriormente transferida à Spring Televisão S.A., para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens, no Município de São Paulo, Estado de São Paulo. Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI) [tramitação] Terminativo	Senador Otto Alencar	Não apresentado.	Renovação de concessão para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens.
28	PDS 194/2015 Ementa: Aprova o ato que outorga permissão à EMPRESA DE RADIODIFUSÃO URSA MAIOR LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Bilac, Estado de São Paulo. Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI) [tramitação] Terminativo	Senador Airton Sandoval	Pela aprovação do Projeto.	Permissão para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada. A matéria constou na pauta das reuniões dos dias 05/09, 10/10, 31/10 e 07/11/2018.
29	PDS 218/2017 Ementa: Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE BUGRE para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Bugre, Estado de Minas Gerais. Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI) [tramitação] Terminativo	Senador Airton Sandoval	Pela aprovação do Projeto.	Autorização para executar serviço de radiodifusão comunitária. A matéria constou na pauta das reuniões dos dias 05/09, 10/10, 31/10 e 07/11/2018.

Data da reunião: 21/11/2018

Item	Identificação da matéria	Relatoria	Voto	Resumo
30	PDS 61/2017 Ementa: Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DOS CAVALEIROS DE BOM SUCESSO DE ITARARÉ para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Bom Sucesso de Itararé, Estado de São Paulo. Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI) [tramitação] Terminativo	Senador Airton Sandoval	Pela aprovação do Projeto.	<p>Autorização para executar serviço de radiodifusão comunitária.</p> <p>A matéria constou na pauta das reuniões dos dias 05/09, 10/10, 31/10 e 07/11/2018.</p>
31	PDS 93/2016 Ementa: Aprova o ato que renova a autorização outorgada à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA, CULTURAL E ECOLÓGICA RIO DOS BOIS para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Anicuns, Estado de Goiás. Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI) [tramitação] Terminativo	Senador Cristovam Buarque	Pela aprovação do Projeto.	<p>Renovação de autorização para executar serviço de radiodifusão comunitária.</p> <p>O relatório para aprovação foi apresentado após o recebimento de informações do Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, atendendo a requerimento da CCT, sobre: (i) composição do quadro direutivo da emissora, com a designação dos responsáveis efetivos pela gestão de suas atividades; e (ii) confirmação da inexistência de vínculo que subordine a entidade interessada à gerência, à administração, ao domínio, ao comando ou à orientação de qualquer outra entidade, mediante compromissos ou relações financeiras, religiosas, familiares, político partidárias ou comerciais.</p> <p>A matéria constou na pauta das reuniões dos dias 05/09, 10/10, 31/10 e 07/11/2018.</p>
32	PDS 45/2018 Ementa: Aprova o ato que outorga permissão à Fundação Universidade Federal de Sergipe (FUFS) para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no Município de Lagarto, Estado de Sergipe. Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI) [tramitação] Terminativo	Senador Cristovam Buarque	Pela aprovação do Projeto.	<p>Permissão para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada.</p> <p>A matéria constou na pauta das reuniões dos dias 31/10 e 07/11/2018.</p>

Data da reunião: 21/11/2018

Item	Identificação da matéria	Relatoria	Voto	Resumo
33	PDS 91/2017 Ementa: Aprova o ato que renova a autorização outorgada à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DESENVOLVIMENTO ARTÍSTICO CULTURAL INFORMATIVO E SOCIAL DE MIRASSOL D'OESTE para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Mirassol d'Oeste, Estado de Mato Grosso. Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI) [tramitação] Terminativo	Senador Paulo Rocha	Pela aprovação do Projeto.	Renovação de autorização para executar serviço de radiodifusão comunitária. O relatório para aprovação foi apresentado após o recebimento de informações do Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, atendendo a requerimento da CCT, para confirmação da inexistência de vínculo que subordine a entidade interessada à gerência, à administração, ao domínio, ao comando ou à orientação de qualquer outra entidade, mediante compromissos ou relações financeiras, religiosas, familiares, político-partidárias ou comerciais. A matéria constou na pauta das reuniões dos dias 05/09, 10/10, 31/10 e 07/11/2018.
34	PDS 204/2017 Ementa: Aprova o ato que renova a autorização outorgada à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA LIBERTENSE DE RADIODIFUSÃO para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Liberdade, Estado de Minas Gerais. Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI) [tramitação] Terminativo	Senador Hélio José	Pela aprovação do Projeto.	Renovação de autorização para executar serviço de radiodifusão comunitária. A matéria constou na pauta das reuniões dos dias 05/09, 10/10, 31/10 e 07/11/2018.
35	PDS 42/2018 Ementa: Aprova o ato que outorga autorização à Associação de Comunicação Comunitária de Uirapuru para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Uirapuru, Estado de Goiás. Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI) [tramitação] Terminativo	Senador Hélio José	Pela aprovação do Projeto.	Autorização para executar serviço de radiodifusão comunitária. A matéria constou na pauta das reuniões dos dias 05/09, 10/10, 31/10 e 07/11/2018.

Data da reunião: 21/11/2018

Item	Identificação da matéria	Relatoria	Voto	Resumo
36	PDS 40/2018 Ementa: Aprova o ato que outorga autorização à Associação de Rádio Comunitária Aliança FM para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Caxias do Sul, Estado do Rio Grande do Sul. Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI) [tramitação] Terminativo	Senador Hélio José	Pela aprovação do Projeto.	Autorização para executar serviço de radiodifusão comunitária. A matéria constou na pauta das reuniões dos dias 31/10 e 07/11/2018.
37	PDS 78/2018 Ementa: Aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Concórdia FM Ltda. para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no Município de Concórdia, Estado de Santa Catarina. Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI) [tramitação] Terminativo	Senador Airton Sandoval	Pela aprovação do Projeto.	Renovação de permissão para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada. A matéria constou na pauta das reuniões dos dias 31/10 e 07/11/2018.
38	PDS 76/2018 Ementa: Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Cultural Comunitária Joanopolense para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Joanópolis, Estado de São Paulo. Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI) [tramitação] Terminativo	Senador Airton Sandoval	Pela aprovação do Projeto.	Renovação de autorização para executar serviço de radiodifusão comunitária. A matéria constou na pauta das reuniões dos dias 31/10 e 07/11/2018.

Data da reunião: 21/11/2018

Item	Identificação da matéria	Relatoria	Voto	Resumo
39	PDS 79/2018 Ementa: Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação de Radiodifusão Comunitária Cravinhos FM para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Cravinhos, Estado de São Paulo. Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI) [tramitação] Terminativo	Senador Airton Sandoval	Pela aprovação do Projeto.	Renovação de autorização para executar serviço de radiodifusão comunitária. A matéria constou na pauta das reuniões dos dias 31/10 e 07/11/2018.
40	PDS 73/2018 Ementa: Aprova o ato que renova a concessão outorgada à Televisão Morena Ltda. para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens no Município de Campo Grande, Estado do Mato Grosso do Sul. Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI) [tramitação] Terminativo	Senador Pedro Chaves	Pela aprovação do Projeto.	Renovação de concessão para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens. A matéria constou na pauta das reuniões dos dias 31/10 e 07/11/2018.

Resumos elaborados pelo Núcleo de Acompanhamento Legislativo da Consultoria Legislativa do Senado Federal.

Para acesso ao texto integral dos pareceres, consultar a Pauta Cheia.